



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2024

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024

O **Município de Caxambu do Sul**, através do **Fundo Municipal de Saúde**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.414.598/0001-81, com sede administrativa na Rua Cristiano Perosa, 307, Centro deste Município representado pelo **Secretário Municipal de Saúde, Sr. Eduardo Luis Sfredo**, por meio do Decreto Municipal n. 064/2021 o qual delegou competências e atribuições, conforme parágrafo II, do art. 2º, para autorizar abertura de procedimentos licitatórios, assinatura de editais de licitação, ratificação de justificativa de contratação por inexigibilidade ou dispensa de licitação e decisão de recursos administrativos previstos no artigo 109 da Lei nº 14.133/2021. Sob a regência da Lei nº 8.080/90, **Lei nº 14.133/21** e demais legislações aplicáveis, **TORNA PÚBLICO** aos interessados que realizará credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde, de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento. A interessada poderá obter o Edital de Credenciamento acessando o site oficial do CREDENCIANTE (www.caxambudosul.atende.net) ou diretamente na sede do Município, no endereço declinado no preâmbulo deste instrumento, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE CREDENCIAMENTO

De: 20 de setembro de 2024 – Permanente aberto.

HORÁRIO: 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h (horário de Brasília).

LOCAL: Av. presidente Getúlio Vargas, 615, sala de licitações, Caxambu do Sul, SC.

1. DO OBJETO

1.1 O presente edital tem por objeto o credenciamento de pessoas jurídicas e físicas prestadoras de **SERVIÇOS DE EXAMES ODONTOLÓGICOS DE RADIOGRAFIA**, com vistas à complementação dos serviços de saúde ofertados pela rede de saúde pública, nos termos especificados neste edital e nas condições estabelecidas em seus anexos.

1.2 O presente edital de contratação, conforme item anterior, tem como justificativa a elaboração de procedimentos médicos, os quais não estão sendo realizados pelos meios normais do SUS, gerando desta forma, filas de espera que agregam muito tempo de espera para os pacientes, que muitas vezes, necessitam de atendimento e/ou intervenção cirúrgica para obterem novamente uma boa qualidade de vida e de condições dignas de saúde e bem-estar. Os



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

procedimentos elencados no Anexo deste Edital retêm demanda reprimida, não sendo abordado a quantidade do anexo como sendo a quantidade da fila de espera para procedimentos, ou seja, as quantidades abordadas no edital levam em consideração a fila de espera para cada procedimento adicionado de uma previsão de aproximadamente de 50% para eventuais pessoas que possam vir a necessitar destes procedimentos.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CREDENCIAMENTO

2.1 Será credenciada como prestadora de serviços de saúde toda pessoa jurídica que atender as disposições deste instrumento, assim declarada pela Comissão de Avaliação de Documentos designada pelo Decreto Municipal n. 004/2024 e acompanharam a fiscalização dos contratos oriundos deste procedimento.

2.2. Não será credenciada a pessoa jurídica que:

- a) estiver cumprindo as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021;
- b) possuir em seu quadro social cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de empregados públicos vinculados ao CREDENCIANTE nem de Prefeito, Vice-Prefeito e de Secretário Municipal de Saúde ou da Comissão Especial da CREDENCIANTE.

2.3 A interessada poderá credenciar-se em mais de uma área desde que preenchidos os requisitos na respectiva especialidade.

2.4 A interessada deverá prestar todos os serviços de saúde inerentes às modalidades de atendimento ambulatorial incluindo consultas, procedimentos e exames de diagnose, vedado o credenciamento fracionado.

2.5. Os serviços de saúde poderão ser prestados em clínicas/hospitais da própria CREDENCIADA ou em clínicas/hospitais de terceiros desde que previamente indicados e aceitos pelo CREDENCIANTE.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa decorrente da execução deste credenciamento correrá à conta da dotação orçamentária nº 3.3.90.39 do orçamento do Município de Caxambu do Sul, de acordo:

4. DA SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

4.1 A interessada em credenciar-se deverá protocolar na sede do CREDENCIANTE, na Av. Presidente Getúlio Vargas, 615, Bairro Centro, na cidade de Caxambu do Sul, no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h, os seguintes documentos:

PARA OS INTERESSADOS QUE DESEJAM APRESENTAR CREDENCIAMENTO COMO CNPJ:

4.1.1 Requerimento de Credenciamento (ANEXO I), subscrito pelo responsável legal da empresa, discriminando as consultas, os procedimentos ambulatoriais ou cirúrgicos e os exames que pretende realizar.

4.1.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

4.1.3 Ato constitutivo da empresa, estatuto ou contrato social, em vigor e devidamente registrados nos órgãos competentes.

4.1.4 Ata de Eleição da atual diretoria, quando se tratar de Estatuto Social.

4.1.5 Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável legal da interessada.

4.1.6 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.1.7 Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativas relativa à Fazenda Federal.

4.1.8 Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativas relativa à Fazenda Estadual.

4.1.9 Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativas relativa à Fazenda Municipal.

4.1.10 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4.1.11 Declaração de que não emprega menores de 18 anos em condições insalubres (ANEXO II).

4.1.12 Diploma de conclusão em curso de graduação reconhecido pelo MEC e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) dos profissionais da empresa (*devendo ser cópia autenticada em cartório*).

4.1.13 Certificado de Registro da empresa e dos responsáveis técnicos junto ao Órgão Fiscalizador do estado da federação sede da empresa.

4.1.14 Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos (ANEXO III).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

4.1.15 Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que conhece e aceita as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento / Declaração informando o endereço eletrônico oficial da empresa (ANEXO IV).

4.1.16 Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que seus sócios e/ou diretores não ocupam cargo, emprego ou função pública / Declaração de inexistência de nepotismo CREDENCIANTE (ANEXO V).

4.1.17 Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado do Exercício, do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da entidade, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

4.1.18 Declaração firmada pelo representante legal da empresa, informando o endereço onde serão prestados os serviços e o banco/agência/conta corrente da empresa para depósito.

PARA OS INTERESADOS EM SE CREDENCIAR COMO PESSOA FÍSICA PODERÁ, SOB APRESENTAÇÃO DA SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:

4.1.1 Requerimento de Credenciamento (ANEXO I), subscrito pelo responsável legal da empresa, discriminando as consultas, os procedimentos ambulatoriais ou cirúrgicos e os exames que pretende realizar.

4.1.5 Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável legal da interessada.

4.1.6 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.1.7 Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativas relativa à Fazenda Federal.

4.1.8 Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativas relativa à Fazenda Estadual.

4.1.9 Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativas relativa à Fazenda Municipal.

4.1.10 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

4.1.11 Diploma de conclusão em curso de graduação reconhecido pelo MEC e Registro de Qualificação de Especialista (RQE) dos profissionais da empresa (devendo ser cópia autenticada em cartório).

4.1.12 Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos (ANEXO III).

4.1.13 Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que conhece e aceita as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento / Declaração informando o endereço eletrônico oficial da empresa (ANEXO IV).

4.1.14 Declaração firmada pelo representante legal da instituição de que seus sócios e/ou diretores não ocupam cargo, emprego ou função pública / Declaração de inexistência de nepotismo CREDENCIANTE (ANEXO V).

4.1.15 Declaração firmada pelo representante legal da empresa, informando o endereço onde serão prestados os serviços e o banco/agência/conta corrente da empresa para depósito.

4.2 A documentação exigida neste Edital de Credenciamento deverá estar em nome da interessada e, sua autenticidade se dará nos termos da Lei n. 13.726, de 8 de outubro de 2018.

4.3 O requerimento e a documentação apresentados pela interessada serão encaminhados para análise da Comissão de Avaliação de Documentos, cujo resultado será lavrado em Ata e, posteriormente, submetido à Comissão Especial para os encaminhamentos administrativos de praxe.

4.4 A Comissão de Avaliação de Documentos consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, a fim de verificar a existência de registros impeditivos à contratação.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 A CREDENCIADA deverá contar com profissionais habilitados e regularmente inscritos nos respectivos conselhos da categoria.

5.2. Os profissionais da CREDENCIADA, assim como a equipe de apoio, obrigam-se a atender os usuários do SUS com respeito, dignidade, equidade e com foco na resolutividade do serviço executado.

5.3 O profissional deve informar ao paciente, ou ao seu representante legal, por escrito, as razões técnicas da decisão de não realizar determinado ato profissional previsto neste edital.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

5.4. Os profissionais de saúde que atendem pacientes encaminhados pelo CREDENCIANTE, seja em estabelecimento privado conveniado/contratado com o SUS ou em estabelecimento eminentemente particular, são equiparados a agentes públicos para fins de responsabilização e devem observar as diretrizes e princípios que norteiam o Sistema Público de Saúde, incluindo a observância dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas e a **proibição de cobrança do paciente pelos serviços prestados**.

5.5 A CREDENCIADA não poderá cobrar do paciente/responsável qualquer complementação dos valores pagos pelo Consórcio pelos serviços prestados, sob pena de ressarcimento do valor ao paciente/representante legal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, improrrogáveis, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

5.6 É de responsabilidade exclusiva e integral da CREDENCIADA a utilização de pessoal técnico e habilitado para a execução do objeto contratado, bem como a quitação dos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujas obrigações não serão transferidas ao Consórcio.

5.7 O CREDENCIANTE, por intermédio da Comissão de Secretários Municipais de Saúde, reserva-se o direito de fiscalizar a execução dos serviços e acompanhar o grau de satisfação dos usuários, em obediência ao prescrito nas Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90, registrando eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias para o seu fiel cumprimento.

5.7.1 A fiscalização exercida pelo CREDENCIANTE não abrevia a responsabilidade da CREDENCIADA no que concerne à fiel execução do objeto contratado.

5.8 O desatendimento das condições estabelecidas no presente edital poderá ensejar o descredenciamento da CREDENCIADA, assegurando o direito do contraditório e da ampla defesa.

5.9 A CREDENCIADA deverá utilizar as requisições disponibilizadas pelo CREDENCIANTE para dar continuidade ao tratamento do paciente. Não sendo o caso, o paciente deverá ser orientado pela CREDENCIADA a retornar ao município com pedido para os encaminhamentos cabíveis, vedado a sugestão de valores e o redirecionamento para atendimento particular.

5.10 A CREDENCIADA deverá avaliar outras alternativas terapêuticas existentes no SUS antes de prescrever tecnologias em saúde não registradas na ANVISA, assim como prescrever, sempre que for o caso, os medicamentos constantes das relações de medicamentos aprovadas pelos entes federados (União, Estado e Município), representadas pela lista de itens de medicamentos adquiridos pelo CREDENCIANTE.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

5.11. Os prontuários dos pacientes, bem como todas as anotações e peças que os compõem, tais como boletins de anestesia, resultados de exames, laudos, pareceres e relatórios de enfermagem poderão ser consultados pelo médico auditor do CREDENCIANTE.

5.12. Os documentos supracitados poderão ser solicitados pelo CREDENCIANTE, nos casos admitidos pelo Código de Ética Médica, ou por determinação judicial, para fins de auditoria.

5.13. Os dados dos beneficiários encaminhados pelos entes consorciados e os resultantes da execução dos serviços terão caráter confidencial, para uso exclusivo conforme os fins previstos neste edital.

5.14. Poderá o CREDENCIANTE, após efetuar análise dos documentos de cobrança apresentados para pagamento, questionar os valores cobrados, deduzindo o valor da própria fatura ou, no caso de pagamento integral, a CREDENCIADA deverá devolver o valor apurado. Em qualquer caso, o CREDENCIANTE apontará as divergências justificadas nas faturas encaminhadas à CREDENCIADA.

5.15. Não se considerará, para pagamento, no todo ou em parte, as faturas que não cumprirem as formalidades estipuladas neste edital.

5.16. As glosas realizadas pelo CREDENCIANTE serão comunicadas por escrito à CREDENCIADA, a fim de serem analisadas e, sendo o caso, reapresentadas na competência subsequente.

5.17 A comunicação entre as partes será sempre formal.

6. DOS PREÇOS / DO REAJUSTE / DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.1 O CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, pelos serviços efetivamente prestados aos usuários do SUS, os valores correspondentes estabelecidos na Tabela de Procedimentos Médicos, disponível no endereço www.caxambudosul.atende.net, e nos termos das disposições previstas na Lei nº 4.320/64.

6.2 O Contrato de Credenciamento firmado com a CREDENCIADA vigorará pelo prazo de 12 Meses, podendo chegar até 60 (sessenta) meses (ANEXO VIII).

7. DO RECEBIMENTO DA PRODUÇÃO / DO PRAZO DE PAGAMENTO

7.1 A CREDENCIADA deverá encaminhar ao CREDENCIANTE a produção do período compreendido entre o dia 01 de um mês até o dia 30/31 do mês corrente, no prazo de até 3

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/ip66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

(três) dias úteis, contado do primeiro dia útil que seguir ao do final do período da produção, organizada para o município e por nome de paciente, compreendendo os seguintes documentos:

- a) Ordem de compra expedida pelo município, com a relação de itens a serem executados, com a quantidade do mesmo e a indicação de recurso que fundamenta o pagamento;**
- b) Relação dos serviços prestados no mês vigente, com a indicação de pacientes atendidos e todas as informações de atendimento ao paciente;**
- c) pedido do profissional de saúde, sem rasuras, contendo o nome do paciente, a data e a assinatura do médico solicitante (anexada a guia), quando for o caso.**

7.1.1. Ao final de exercício de cada ano, ou seja, mês de dezembro, a CONTRATADA deverá encaminhar ao CREDENCIANTE todos os documentos descritos no item 2.3, imprerivelmente até o dia 10 de dezembro, sob pena de descumprimento contratual e bloqueio de pagamento.

7.2 A documentação de que trata o item anterior poderá ser entregue diretamente no endereço da Sede do Município, já elencado inicialmente ou encaminhada pelos correios, via Sedex, cuja data de postagem não poderá superar o prazo fixado no item anterior, sem prejuízo do envio do código de rastreamento ao endereço de e-mail: saude@caxambudosul.sc.gov.br ou ss@caxambudosul.sc.gov.br.

7.3 A documentação relativa aos serviços prestados pela CREDENCIADA será recebida pelo CREDENCIANTE, mediante protocolo, e submetida à conferência em conformidade com as disposições do edital e do contrato.

7.4. Finalizada a conferência da documentação, o CREDENCIANTE encaminhará à CREDENCIADA **um parecer acatando ou não a produção** informada para que, esta, encaminhe a Nota Fiscal no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da data/hora do recebimento do relatório.

7.5 A Nota Fiscal, contendo a discriminação dos serviços prestados, emitida em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL**, inscrito no CNPJ 11.414.598/0001-81, com sede na Rua Cristian Perosa, 307, Bairro Centro, Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina.

7.6 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante depósito em conta corrente indicada pela CREDENCIADA.

7.7. Por ocasião de cada pagamento, o CREDENCIANTE exigirá da CREDENCIADA a apresentação dos seguintes documentos:





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

- a) Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativa relativa à Fazenda Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativa relativa à Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativa relativa à Fazenda Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.8 O desatendimento das obrigações estabelecidas nos itens anteriores, ensejará o retardamento do pagamento enquanto não for regularizada a pendência.

8. DO DESCREDENCIAMENTO DA CREDENCIADA

8.1 A CREDENCIADA que descumprir injustificadamente as condições estabelecidas neste edital e no Contrato de Credenciamento ficará sujeita ao descredenciamento, sem prejuízo da aplicação cumulativa das sanções previstas nos respectivos instrumentos, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 O CREDENCIANTE descredenciará a CREDENCIADA que não mantiver as condições exigidas para habilitação durante a vigência do Contrato de Credenciamento, assim como aquele que rejeitar, injustificadamente, o atendimento de usuário do SUS.

8.3 Fica facultado à CREDENCIADA, a qualquer tempo, solicitar o seu descredenciamento do CREDENCIANTE, mediante simples notificação com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento.

8.4 Caso a documentação não esteja em conformidade com as exigências do credenciamento, a interessada será notificada via e-mail para que, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, regularize a documentação pendente.

8.5 O CREDENCIANTE publicará a habilitação da CREDENCIADA, na forma de extrato, no Diário Oficial dos Municípios.

8.6 O indeferimento do requerimento de credenciamento não obsta a interposição de recurso nem a reapresentação da documentação, desde que escoimada das irregularidades que determinaram o indeferimento.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Até 02 (dois) dias antes da data fixada para o início do Credenciamento, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

9.1.1 O pedido da requerente deverá ser endereçado à Comissão Especial da CREDENCIANTE, no endereço citado no preâmbulo deste edital, contendo, objetivamente, as razões do pedido, ou através de endereço eletrônico, através do e-mail: compras1@caxambudosul.sc.gov.br;

9.1.2 A decisão do pedido de esclarecimento, providência ou impugnação do edital deverá ser proferida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da protocolização do requerimento, respeitando a ampla defesa e o contraditório.

9.1.3 Acolhida a impugnação, far-se-á a republicação do instrumento convocatório.

9.2 Das decisões proferidas pela Comissão Especial do CREDENCIANTE caberá recurso, no mesmo prazo, contado da data de publicação do ato.

9.3. Os recursos serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.

10. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

10.1 O Representante Legal do CREDENCIANTE reserva-se o direito de anular ou revogar o presente edital de credenciamento, por ilegalidade ou conveniência administrativa, bem como de proceder às alterações que se fizerem necessárias para aperfeiçoamento dos controles e da melhoria da qualidade dos serviços contratados.

11. DA PUBLICIDADE

11.1 O presente Edital de Credenciamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no portal do CREDENCIANTE (www.caxambudosul.atende.net), em atendimento aos princípios constitucionais da publicidade e transparência dos atos da administração pública.

11.2 O referido edital também poderá ser obtido pelos interessados diretamente na sede do CREDENCIANTE, no endereço declinado no preâmbulo.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O atraso injustificado na execução do contrato, a execução parcial ou a inexecução total da obrigação, assegurada a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, sujeitará a CREDENCIADA à aplicação das penalidades previstas na tabela abaixo:

INFRAÇÃO	PENALIDADE
----------	------------





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

Deixar de encaminhar com a Nota Fiscal as certidões negativas de débitos	Advertência
Cobrar por serviços não executados	Advertência
Incorrer em irregularidades constatadas em auditorias supervenientes	Advertência
Interromper/retardar, injustificadamente, a execução dos serviços credenciados	Advertência
Encaminhar documentos em desacordo com o exigido no edital (guia/pedido do profissional/Nota Fiscal)	Advertência
Dar publicidade de especialidade médica de que não possui	Advertência e Comunicação ao CRM
Encaminhar pacientes SUS para atendimento particular, seja para a própria clínica ou para clínica de terceiros	Advertência e, no caso de reincidência, Descredenciamento
Deixar de cumprir as obrigações e responsabilidades previstas na Cláusula Sétima do Contrato de Credenciamento	Advertência e multa de 10% aplicada sobre o valor da produção da competência imediatamente anterior
Rejeitar, injustificadamente, o atendimento aos usuários do SUS	Advertência e, no caso de reincidência, Descredenciamento
Realizar declaração falsa ao CREDENCIANTE	Descredenciamento e Comunicação ao CRM
Não manter as condições exigidas para habilitação durante a vigência do Contrato de Credenciamento	Descredenciamento
Cobrar pelos serviços prestados aos usuários do SUS	Descredenciamento e multa de 10 (dez) vezes o valor cobrado do paciente

12.2 O disposto no item anterior não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CREDENCIADA, nos termos da Lei 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13. DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1 - Conforme o Art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do CONTRATO, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III- alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o CONTRATO;

IV- decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do CONTRATO;

VI- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2 - O contratado terá direito à extinção do CONTRATO nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do CONTRATO além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

II - suspensão de execução do CONTRATO, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo CONTRATO à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

13.3 - As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item anterior observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

13.4 - Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.5 - A extinção do CONTRATO poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.6 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.7 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. A contar da data de recebimento da intimação do CREDENCIANTE acerca da intenção de aplicar penalidade, a CREDENCIADA poderá apresentar defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias, a Comissão Especial do CREDENCIANTE, que decidirá.

14.2. Com a intimação, serão encaminhadas cópias dos documentos que ensejaram o procedimento.

14.3. Da decisão proferida caberá recurso ao Representante Legal do MUNICÍPIO, no prazo de 5 (cinco) dias, que o apreciará em instância única.

14.4. A não manifestação da CREDENCIADA nos prazos estabelecidos neste edital importará aceitação das glosas ou penalidades aplicadas.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 O CREDENCIANTE poderá solicitar à CREDENCIADA, a qualquer tempo, a atualização dos documentos exigidos no presente edital.

15.2 O preço fixado pelo CREDENCIANTE e aceito pela CREDENCIADA inclui todos os custos e despesas inerentes à prestação dos serviços.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

15.3 O credenciamento da empresa interessada está condicionado ao atendimento das condições e exigências deste edital.

15.4 A credenciada é inteiramente responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados para o pleito de credenciamento.

15.5 A credenciada se compromete a prestar os serviços de interesse do CREDENCIANTE e dos municípios consorciados nos termos deste edital e do instrumento firmado entre as partes.

15.6 A CREDENCIADA se responsabilizará civil, penal e administrativamente pelos serviços que vier a prestar, obrigando-se a ressarcir qualquer dano causado ao CREDENCIANTE, aos usuários ou a terceiros, seja por prática de ato de sua direta autoria ou de seus empregados ou prepostos.

15.7 A CREDENCIADA não poderá pronunciar-se em nome do CREDENCIANTE à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

15.8 O presente edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

15.9. As obrigações e Responsabilidades do CREDENCIANTE, dos municípios consorciados, da CREDENCIADA e dos usuários do SUS encontram-se dispostas na minuta do Contrato de Credenciamento (ANEXO VIII).

15.10. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, nos princípios de Direito Público e nas normas do CREDENCIANTE.

Caxambu do Sul/SC, 13 de setembro de 2024.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL
EDUARDO LUIS SFREDDO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 PCS

ANEXO “A”

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Radiografia periapical	500	50,00	25.000,00
2	Radiografia interproximal	500	50,00	25.000,00

O presente chamamento público tem por objetivo a convocação de interessados para o CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços especializados de radiografia periapical/interproximal de face, para diagnóstico e planejamento de procedimentos odontológicos, no conjunto de procedimentos da tabela SIGTAP/SUS, com complemento de valores para atendimento a população do Município de Caxambu do Sul.

PRAZO DE FORNECIMENTO OU EXECUÇÃO

A execução deverá ser agendado através do contato telefônico ou via whatsapp com a clínica;

A empresa deverá realizar a inserção da radiografia panorâmica com o laudo no sistema CELK em até 7 (sete) dias úteis.

As radiografias periapicais e interproximais serão inseridas na CELK sem laudo.

LOCAL DE ENTREGA OU PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Os atendimentos deverão ser prestados, de 2ª a 6ª feira;

A Empresa deverá possuir atendimento instalado no município de Caxambu do Sul/SC, favorecendo assim o pronto atendimento e atingindo o princípio da economicidade.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAREM NECESSÁRIAS

Os interessados deverão realizar os procedimentos constantes no lote, conforme a capacidade operacional.

A produção dos serviços deverão se estabelecer de acordo com a programação definida pelo Fundo Municipal de Saúde de Caxambu do Sul e a remuneração dar-se-á de acordo com os valores constantes da tabela SIGTAP do Ministério da Saúde, conforme procedimentos e valores constantes no lote.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu serviço de Controle e Avaliação e Auditoria, procederá a vistoria as instalações das interessadas, para verificar se obedecem as condições técnicas básicas, anteriormente a assinatura do contrato.

O critério de divisão dos serviços ofertados, caso exista mais de uma interessada, será de escolha do paciente.

O prazo de credenciamento será de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação, podendo ser a juízo da Administração Municipal, por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses.

Serão admitidos a participar deste credenciamento, somente os que estejam legalmente estabelecidos na forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.

A proposta deverá ser apresentada para todos os itens do lote que interessar;

As Proponentes deverão apresentar carta de apresentação com a indicação do representante credenciado para praticar todos os atos necessários em nome da Proponente em todas as etapas do credenciamento, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de sócio ou titular.

A Proponente deverá apresentar declaração de que está ciente e de pleno acordo com a convocação pública, para o credenciamento.

As condições do credenciamento de prestadores de serviços junto ao Fundo Municipal de Saúde são universais e, portanto, as mesmas para todos os prestadores de serviços selecionados, razão pela qual são firmadas num termo de disposições rígidas e inegociáveis que obriga tanto ao Município de Caxambu do Sul como o prestador de serviços, após o seu credenciamento.

O credenciamento se dará após a aprovação do pedido de inscrição na forma deste edital, com análise técnica e deferimento do requerimento.

A credenciada apresentará mensalmente ao Fundo Municipal de Saúde, até o 2o (segundo) dia útil do mês subsequente da prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados. Após a validade dos BPA'S (Boletim de Produção Ambulatorial) realizada pela Secretaria Municipal do Sistema de Saúde.

O prestador de serviço deverá indicar o lote, no qual deseja realizar o credenciamento.

O prestador deverá realizar todos os exames que esteja na tabela/anexo/lote.

Fica vedada a transferência dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Credenciamento.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

Será conferido e fiscalizado pela Secretaria Municipal de Saúde, através do funcionário ocupante do cargo de Odontólogo.

ANEXO I

MODELO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL – CONTRATANTE

Senhora Diretora:

_____, inscrita no CNPJ nº _____, inscrição estadual/municipal _____, Telefone _____, e-mail _____, banco/agência/conta _____, estabelecida na _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____, RG nº _____, **REQUER**, nos

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

termos do Edital de Credenciamento nº ____/2024, o seu **CREDENCIAMENTO** junto ao CREDENCIANTE para prestação dos serviços abaixo especificados:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Nesses Termos
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.nefp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 14.133/2021, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que cumpre com o disposto no artigo 7, inc. XXXIII da CF:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#)).

Chapecó, ____ de _____ de 2024.

Carimbo e assinatura do representante legal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

_____, CNPJ N° _____, sediada _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para seu credenciamento.

Declara-se ciente, ainda, quanto a obrigatoriedade de informar toda e quaisquer ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2024.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.nefp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO ACEITANDO AS CONDIÇÕES DO EDITAL / DECLARAÇÃO
INFORMANDO OS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS OFICIAIS DA EMPRESA**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal, Senhor(a)
_____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____,
RG nº _____, **DECLARA** para os devidos fins, que aceita integralmente as
condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº ____/2024, e ainda que o e-mail
_____ é o endereço eletrônico oficial da instituição e
destinado ao recebimento/envio de comunicados/notificações em geral.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE SEUS SÓCIOS NÃO OCUPAM CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA / DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Senhor(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, RG nº _____, **DECLARA** para os devidos fins, de que seus Sócios e/ou Diretores não ocupam cargo, emprego ou função pública nos municípios que integram o CREDENCIANTE.

DECLARA, ainda, que não possui em seu quadro de sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de empregados públicos vinculados ao CREDENCIANTE nem de Prefeito, Vice-Prefeito e de Secretário Municipal de Saúde ou de qualquer integrante da Comissão Especial.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

ANEXO VIII

MINUTA CONTRATO DE CREDENCIAMENTO N° ____/2024

O **Município de Caxambu do Sul**, através do **Fundo Municipal de Saúde**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.414.598/0001-81, com sede administrativa na Rua Cristiano Perosa, 307, Centro deste Município representado pelo **Secretário Municipal de Saúde, Sr. Eduardo Luis Sfredo**, por meio do Decreto Municipal n. 064/2024 o qual delegou competências e atribuições, conforme parágrafo II, do art. 2º, para autorizar abertura de procedimentos licitatórios, assinatura de editais de licitação, ratificação de justificativa de contratação por inexigibilidade ou dispensa de licitação e decisão de recursos administrativos previstos no artigo 109 da Lei nº 14.133/2021, sob a regência da Lei nº 14.133/2021, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pelo seu representante legal, Senhor _____, inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, com amparo na Lei nº 14.133/2021 e nas disposições contidas no Edital de Credenciamento nº XX/2024, celebram o presente instrumento sob as seguintes cláusulas condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a prestação de **pessoas jurídicas e físicas prestadoras de SERVIÇOS DE EXAMES ODONTOLÓGICOS DE RADIOGRAFIA**, discriminados no Requerimento de Credenciamento, parte integrante, com vistas à complementação dos serviços de saúde ofertados pela rede de saúde pública, nos termos especificados no Edital de Credenciamento e nas condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelos serviços prestados, o valor correspondente fixado na Tabela de Procedimentos Médicos do **CONTRATANTE**, disponível no endereço www.caxambudosul.atende.net.

2.2 Os valores dos serviços estabelecidos na Tabela de Procedimentos Médicos não sofrerão alteração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/p66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

2.3 A CONTRATADA deverá encaminhar ao CREDENCIANTE a produção do período compreendido entre o dia 13 de um mês até o dia 12 do mês seguinte, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do primeiro dia útil que seguir ao do final do período da produção, organizada por município e por nome de paciente, compreendendo os seguintes documentos:

- a) Ordem de compra expedida pelo município, com a relação de itens a serem executados, com a quantidade do mesmo e a indicação de recurso que fundamenta o pagamento;**
- b) Relação dos serviços prestados no mês vigente, com a indicação de pacientes atendidos e todas as informações de atendimento ao paciente;**
- c) pedido do profissional de saúde, sem rasuras, contendo o nome do paciente, a data e a assinatura do médico solicitante (anexada a guia), quando for o caso.**

2.3.1 Ao final de exercício de cada ano, ou seja, mês de dezembro, a CONTRATADA deverá encaminhar ao CREDENCIANTE todos os documentos descritos no item 2.3, impreterivelmente até o dia 10 de dezembro, sob pena de descumprimento contratual e bloqueio de pagamento.

2.4 A documentação de que trata o item 2.3 poderá ser entregue diretamente no endereço da SEDE da CONTRATADA ou encaminhada pelos correios, via Sedex, cuja data de postagem não poderá superar o prazo fixado no item anterior, sem prejuízo do envio do código de rastreamento ao endereço de e-mail: saude@caxambudosul.sc.gov.br e ss@caxambudosul.sc.gov.br.

2.5 A documentação relativa aos serviços prestados pela CONTRATADA será recebida pelo CREDENCIANTE, mediante protocolo, e submetida à conferência em conformidade com as disposições do edital e do contrato.

2.6 Finalizada a conferência da documentação, o CREDENCIANTE encaminhará à CONTRATADA o relatório dos serviços prestados para que, esta, encaminhe a Nota Fiscal no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da data/hora do recebimento do relatório.

2.7 A Nota Fiscal, contendo a discriminação dos serviços prestados, emitida em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL**, inscrito no CNPJ 11.414.598/0001-81, com sede na Rua Cristian Perosa, 307, Bairro Centro, Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina.

2.8 O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

2.9 Por ocasião de cada pagamento, o CREDENCIANTE exigirá da CONTRATADA a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativa relativa à Fazenda Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativa relativa à Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa de Débitos ou positiva com efeito de negativa relativa à Fazenda Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

2.10 O desatendimento das obrigações estabelecidas nos itens anteriores, ensejará o retardamento do pagamento enquanto não for regularizada a pendência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA / DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 O presente instrumento vigorará contado da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado pelo limite de até 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, art. 57 da Lei 14.133/2021.

3.2 A despesa decorrente da execução deste credenciamento correrá à conta da dotação orçamentária nº 3.3.90.39 do orçamento do Município de Caxambu do Sul/SC – CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DO CONTROLE, DA AVALIAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 O CONTRATANTE, por intermédio da Comissão Especial, reserva-se o direito de fiscalizar a execução dos serviços e o grau de satisfação dos usuários, em obediência ao prescrito nas Leis Federais 8.080/90 e 8.142/90.

4.2 A execução do presente Contrato de Credenciamento será avaliada pelo Município de Caxambu do Sul/SC mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, em cumprimento às cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento.

4.3 A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, prestando-lhe os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

4.4 A fiscalização exercida sobre os serviços contratados não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade que assumiu com o CONTRATANTE, pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução dos serviços.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

4.5 Será assegurado à CONTRATADA, em qualquer hipótese, o direito do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

5.1 O município, por intermédio das Secretária Municipal de Saúde, assume a responsabilidade de:

5.1.1 Organizar a demanda local, por meio do cadastramento dos pacientes com indicação de atendimento, respeitando as prerrogativas da lei nº 17.066/2017.

5.1.2 Empregar recursos públicos próprios para complementar os valores da tabela nacional (Tabela SUS).

5.1.3 Repassar ao CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido neste CONTRATO, os recursos públicos necessários ao adimplemento dos serviços prestados pelas CONTRATADAS.

5.1.4 Priorizar os encaminhamentos de pacientes às CONTRATADAS estabelecidas próximas da sede do município, ressalvada a opção dos pacientes, essa condicionada ao interesse público, com os documentos indispensáveis ao atendimento médico.

5.1.5 Empreender esforços e adotar os meios necessários para minimizar o absenteísmo de pacientes às consultas, exames e procedimentos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1 O CONTRATANTE assume a responsabilidade de:

6.1.1 Receber a produção mensal da CONTRATADA, proceder à conferência dos documentos pertinentes aos procedimentos realizados e encaminhar relatórios ao município.

6.1.2 Solicitar ao município a transferência dos recursos financeiros correspondentes aos serviços prestados pelas CONTRATADAS.

6.1.3 Efetuar o pagamento dos serviços realizados no prazo e nas condições previstas no edital e neste instrumento.

6.1.4 Exercer o controle, avaliação e auditoria dos serviços prestados.

6.1.5 Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde.

6.1.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelas CONTRATADAS.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

6.1.7 Disponibilizar à CONTRATADA o formulário padrão que permite a continuidade do tratamento dos pacientes do SUS, requerimento de exames e laudo para solicitação de procedimento.

6.1.7.1 O formulário deverá ser utilizado exclusivamente pela CONTRATADA e somente para os atendimentos de serviços de saúde listados na Tabela de Procedimentos Médicos. Não sendo o caso, o paciente deverá ser orientado pela CREDENCIADA a retornar ao município com o pedido médico para os encaminhamentos cabíveis, vedado a sugestão de valores e o redirecionamento para atendimento particular.

6.1.8 Fiscalizar os serviços prestados pelas CONTRATADAS, inclusive quanto a não interrupção, alertando-as das falhas que porventura ocorram e exigindo a sua imediata correção.

6.1.9 Exigir da CONTRATADA a reapresentação da documentação apresentada em desacordo com o previsto no edital e neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 A CONTRATADA assume a responsabilidade de:

7.1.1 Não exigir garantias nem cobrar pelos serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde, a qualquer título, sequer valor complementação, sob pena de ressarcir ao paciente ou representante legal o valor cobrado indevidamente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato e das demais cominações legais.

7.1.2 Garantir aos pacientes atendidos o acesso aos demais serviços auxiliares de diagnóstico e terapêutica.

7.1.3 Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem diferenciação no atendimento, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços.

7.1.4 Manter sempre atualizado os prontuários médicos dos pacientes.

7.1.5 Responder integralmente pelos funcionários com os quais mantém vínculo empregatício, procedendo aos descontos e recolhimentos previstos em lei, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

7.1.6 Responder pela indenização de danos causados ao paciente, decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticado por seus empregados.

7.1.7 Manter durante o credenciamento as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de credenciamento.

7.1.8 Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, aos municípios e a terceiros, por culpa ou dolo durante a vigência do Contrato de Credenciamento.

7.1.9 Manter profissionais qualificados em seu quadro de colaboradores.

7.1.10 Submeter-se à Fiscalização do CONTRATANTE e às disposições legais em vigor.

7.1.11 Apresentar durante o prazo de credenciamento, sempre que solicitado, os documentos que comprovem o atendimento da legislação a que está obrigada.

7.1.12 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

7.1.13 Agendar os serviços de saúde para atendimento em até 60 (sessenta) dias.

7.1.14 Encaminhar no prazo estabelecido a Nota Fiscal e os documentos exigidos neste Contrato de Credenciamento.

7.1.15 Não encaminhar pacientes SUS para atendimento particular, seja para a própria clínica ou para clínica de terceiros.

7.1.16 Não dar publicidade de especialidade médica, caso não a possua.

7.1.17 Afixar em local visível ao público o “Adesivo Personalizado” fornecido pelo CONTRATANTE, dando conta de que atende e sujeita-se às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

7.1.18 Comunicar ao CONTRATANTE sempre que ocorrer a alteração do contrato social, do endereço da empresa, da conta bancária, do telefone, e-mail e a admissão/demissão de profissionais do quadro.

7.1.19 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

7.1.20 Prescrever preferencialmente os medicamentos da Tabela de Medicamentos disponibilizada no portal (www.caxambudosul.atende.net), quando for o caso.

7.1.21 Manter a prestação dos serviços de saúde pelo prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do protocolo do pedido de descredenciamento/rescisão.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.net/p66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS USUÁRIOS DO SUS

8.1 Os usuários do SUS assumem a responsabilidade de:

8.1.1 Comparecer na sede da CONTRATADA na data/horário do agendamento do procedimento, portando os documentos necessários ao atendimento.

8.1.2 Observar as orientações repassadas pelos profissionais para realização dos procedimentos.

8.1.3 Ler e observar as instruções contidas na Carta de Direitos e Deveres dos Usuários do SUS.

8.1.4 Sujeitar-se às disposições da Lei Estadual nº 17.066, de 11 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a publicação, na internet, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas (discriminadas por especialidade), exames e intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina.

8.1.5 Denunciar imediatamente ao Ministério Público, ao CONTRATANTE e ao Secretário Municipal de Saúde do seu Município quando, encaminhado (a) pelo Sistema Único de Saúde – SUS, lhe exigirem o pagamento de valores pelo atendimento realizado.

8.1.6 Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde do município, com antecedência, quanto a impossibilidade de comparecer ao procedimento agendado, sob pena de ser incluído no final da lista do SISREG.

8.1.7 Relatar ao Secretário Municipal de Saúde do Município as anormalidades que porventura constatar ao longo do processo de atendimento.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 O Contrato de Credenciamento poderá ser rescindido nas seguintes situações:

a) por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 14.133/2021, e/ou perda das condições que ensejaram o credenciamento;

b) amigavelmente, por iniciativa do CONTRATANTE ou da CONTRATADA.

9.2 Em caso de rescisão amigável, o prazo para interrupção dos atendimentos não será inferior a 30 (trinta) dias.

9.3 Somente os atendimentos iniciados durante o período de vigência contratual serão pagos pelo CONTRATANTE.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.atende.neilp66ec7219aca4a>





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

9.4 Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, a CONTRATADA não poderá se utilizar do previsto na alínea “b” do item 9.1.

9.5 Em caso de distrato, os tratamentos em curso deverão ser concluídos pela CONTRATADA.

9.6 O distrato não eximirá a CONTRATADA das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

9.7 No caso de a CONTRATADA sofrer processo de fusão, cisão ou incorporação não haverá descontinuidade do Contrato de Credenciamento, desde que a execução não seja afetada e que a CONTRATADA mantenha as condições que ensejaram o credenciamento.

9.8 A rescisão com base nos incisos I a VIII do artigo. 78 da Lei nº 8.666/1993 impedirá a CONTRATADA de pleitear novo credenciamento nos 24 (vinte e quatro) meses que se seguirem à data do descredenciamento.

9.9 Poderão ser estabelecidas outras condicionantes, em caso de distrato, desde que não contrariem os dispositivos previstos neste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O atraso injustificado na execução do contrato, a execução parcial ou a inexecução total da obrigação, assegurada a ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, sujeitará a CREDENCIADA à aplicação das penalidades previstas na tabela abaixo:

INFRAÇÃO	PENALIDADE
Deixar de encaminhar com a Nota Fiscal as certidões negativas de débitos	Advertência
Cobrar por serviços não executados	Advertência
Incorrer em irregularidades constatadas em auditorias supervenientes	Advertência
Interromper/retardar, injustificadamente, a execução dos serviços credenciados	Advertência
Encaminhar documentos em desacordo com o exigido no edital (guia/pedido do profissional/Nota Fiscal)	Advertência
Dar publicidade de especialidade médica de que não possui	Advertência e Comunicação ao CRM
Encaminhar pacientes SUS para atendimento particular, seja para a própria clínica ou para clínica de terceiros	Advertência e, no caso de reincidência, Descredenciamento
Deixar de cumprir as obrigações e responsabilidades previstas na	Advertência e multa de 10%





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

Cláusula Sétima do Contrato de Credenciamento	aplicada sobre o valor da produção da competência imediatamente anterior
Rejeitar, injustificadamente, o atendimento aos usuários do SUS	Advertência e, no caso de reincidência, Descredenciamento
Realizar declaração falsa ao CREDENCIANTE	Descredenciamento e Comunicação ao CRM
Não manter as condições exigidas para habilitação durante a vigência do Contrato de Credenciamento	Descredenciamento
Cobrar pelos serviços prestados aos usuários do SUS	Descredenciamento e multa de 10 (dez) vezes o valor cobrado do paciente

10.2 O disposto no item anterior não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CREDENCIADA, nos termos dos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A fiscalização da execução do presente Contrato de Credenciamento será realizada pela xxxxxxxxxx, Senhora XXXXXXXXXXXXXXXX, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Serão beneficiados com os procedimentos de que trata o presente instrumento os pacientes que residirem nos Municípios que fazem parte do CONTRATANTE.

11.2 Fazem parte integrante do presente instrumento o Edital de Credenciamento Nº 001/2024 e os documentos apresentados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.





Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

Caxambu do Sul/SC, ____ de _____ de 2024.

FUNDO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL

Eduardo Luis Sfreddo

Secretário Municipal de Saúde

NOME DA EMPRESA CONTRATADA

Nome do Representante Legal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/09/2024 15:48 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.nefp66ec7219aca4a>

